

07/12/2016

PLENÁRIO

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 402 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO  
REDATOR DO : MIN. CELSO DE MELLO  
ACÓRDÃO  
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE  
ADV.(A/S) : EDUARDO MENDONÇA E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
AM. CURIAE. : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO  
BRASILEIRO - PMDB  
ADV.(A/S) : MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO E  
OUTRO(A/S)  
AM. CURIAE. : PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS  
AM. CURIAE. : PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN  
AM. CURIAE. : PARTIDO PROGRESSISTA - PP  
AM. CURIAE. : SOLIDARIEDADE - SDD  
AM. CURIAE. : PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC  
AM. CURIAE. : PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB  
ADV.(A/S) : RICARDO MARTINS JÚNIOR

E M E N T A: ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - PRETENDIDO AFASTAMENTO CAUTELAR DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL NO QUE SE REFERE AO EXERCÍCIO DESSA ESPECÍFICA FUNÇÃO INSTITUCIONAL EM RAZÃO DE OSTENTAR A CONDIÇÃO DE RÉU NO ÂMBITO DE PROCESSO DE ÍNDOLE PENAL CONTRA ELE EXISTENTE (Inq 2.593/DF) – INADMISSIBILIDADE, NESSE PONTO, DA POSTULAÇÃO CAUTELAR – CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO IMPEDE O PARLAMENTAR DE PRESIDIR A CASA LEGISLATIVA QUE DIRIGE – A QUESTÃO DA APLICABILIDADE E DO ALCANCE DA NORMA INSCRITA NO ART. 86, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ADPF 402 MC-REF / DF

NO QUE CONCERNE AOS SUBSTITUTOS EVENTUAIS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (CF, art. 80) – CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE DETERMINA O AFASTAMENTO PREVENTIVO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM HIPÓTESE DE INSTAURAÇÃO, CONTRA ELE, DE PROCESSO DE ÍNDOLE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (“IMPEACHMENT”) OU DE NATUREZA PENAL (CF, art. 86, § 1º) – SITUAÇÃO DE IMPEDIMENTO QUE TAMBÉM ATINGE OS SUBSTITUTOS EVENTUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DA UNIÃO (PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), SE E QUANDO CONVOCADOS A EXERCER, EM CARÁTER INTERINO, A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – INTERDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO INTERINO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUE, NO ENTANTO, NÃO OBSTA NEM IMPEDE QUE O SUBSTITUTO EVENTUAL CONTINUE A DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE CHEFIA QUE TITULARIZA NO ÓRGÃO DE ORIGEM – REFERENDO PARCIAL DA DECISÃO DO RELATOR (MINISTRO MARCO AURÉLIO), DEIXANDO DE PREVALECER NO PONTO EM QUE ORDENAVA O AFASTAMENTO IMEDIATO DO SENADOR RENAN CALHEIROS DO CARGO DE PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL.

– Os substitutos eventuais do Presidente da República – o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 80) – ficarão unicamente impossibilitados de exercer, em caráter interino, a Chefia do Poder Executivo da União, caso ostentem a posição de réus criminais, condição que assumem somente após o recebimento judicial da denúncia ou da queixa-crime (CF, art. 86, § 1º, I).

– Essa interdição, contudo – por unicamente incidir na hipótese estrita de convocação para o exercício, por substituição, da Presidência da República (CF, art. 80) –, não os impede de desempenhar a Chefia que

**ADPF 402 MC-REF / DF**

titularizam no órgão de Poder que dirigem, **razão pela qual** não se legitima *qualquer* decisão **que importe em afastamento imediato** de tal posição funcional *em seu órgão de origem*.

– A “ratio” **subjacente** a esse entendimento (**exigência de preservação da respeitabilidade das instituições republicanas**) **apoia-se** no fato **de que não teria sentido** que os substitutos eventuais **a que alude** o art. 80 da Carta Política, **ostentando** a condição formal de acusados em juízo penal, **viessem a dispor, para efeito de desempenho transitório** do ofício presidencial, **de maior aptidão jurídica** que o próprio Chefe do Poder Executivo da União, **titular do mandato, a quem** a Constituição **impõe, presente o mesmo contexto** (CF, art. 86, § 1º), **o necessário afastamento cautelar** do cargo para o qual foi eleito.

### ACÓRDÃO

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em referendar**, em parte, a liminar concedida, para assentar que os substitutos eventuais do Presidente da República a que se refere o art. 80 da Constituição, caso ostentem a posição de réus criminais perante esta Corte Suprema, ficarão unicamente impossibilitados de exercer o ofício de Presidente da República, **e, por maioria** de votos, **nos termos** do voto do Ministro Celso de Mello, **em negar** referendo à liminar, **no ponto** em que ela estendia a determinação de afastamento imediato desses mesmos substitutos eventuais do Presidente da República em relação aos cargos de chefia e direção por eles titularizados em suas respectivas Casas, **no que foi acompanhado** pelos Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia (Presidente), **vencidos** os Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin e Rosa Weber, que

**ADPF 402 MC-REF / DF**

referendavam integralmente a liminar concedida. **Prosseguindo** no julgamento, o Tribunal, também por votação majoritária, **não referendou** a medida liminar na parte em que ordenava o afastamento imediato do Senador Renan Calheiros do cargo de Presidente do Senado Federal, **nos termos** do voto do Ministro Celso de Mello, **vencidos** os Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin e Rosa Weber, **restando prejudicado** o agravo interno. O Ministro Celso de Mello ajustou a parte dispositiva de seu voto de mérito, proferido na assentada anterior, aos fundamentos dele constantes, para julgar parcialmente procedente o pedido formulado na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, mantidos os termos de seu voto. Declarou-se suspeito o Ministro Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes, em face da participação na 25ª Sessão do Conselho de Estados Membros do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), realizada em Estocolmo, Suécia. Falaram, pela requerente, REDE SUSTENTABILIDADE, o Dr. Daniel Sarmiento; pelo Senado Federal, o Advogado-Geral do Senado, Dr. Alberto Cascais; e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Brasília, 07 de dezembro de 2016.

CELSO DE MELLO – RELATOR